

“A CARNE MAIS BARATA DO MERCADO É A CARNE NEGRA”: CORPOS NEGROS E RELAÇÕES DE PODER NO BRASIL¹

Kíssia Wendy Silva de Sousa²
Luanna Oliveira Cavalcanti³

RESUMO

Ao longo dos anos a população negra tem sofrido processos de negação de direitos mediante uma hierarquização racial construída processualmente e que está atrelada a subalternização deste povo, o que garante, em última instância, a perpetuação de privilégios para as elites constituídas, sobremaneira, por pessoas brancas das classes dominantes. O objeto deste texto é a população negra no Brasil. Este artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre alguns aspectos da experiência social da população negra neste país e apresentar, sem pretender esgotar, alguns indicadores das desigualdades de raça/etnia, gênero e classe que se mostram como determinantes da processualidade ora discutida. Para tanto, utilizamos a revisão bibliográfica e documental como metodologia, pautada no método crítico de análise no bojo da tradição marxista. As pesquisas realizadas demonstraram o estabelecimento de relações sociorraciais baseadas na desigualdade, haja vista que o racismo é um fator estrutural e estruturante das relações estabelecidas neste país, e não só isso, uma vez que ele se soma a outros sistemas de opressão ancorados nas diferenciações entre homens e mulheres e também na divisão entre pessoas de classes sociais distintas. Há, portanto, uma hierarquização de poderes, corpos, existências, em que podemos observar uma banalização da vida atrelada a um processo de desumanização das relações sociais.

Palavras-chave: Racismo, Sexismo, Classes sociais, Relações de poder, Negação de direitos.

INTRODUÇÃO

A priori, convém ressaltar, que o presente trabalho é resultado de contribuições advindas das pesquisas e dos debates realizados em um grupo de estudos e também de pesquisa e extensão sobre Serviço Social e Políticas Sociais na Universidade Federal da Paraíba, tratando de forma direta sobre políticas públicas para as mulheres.

Em meio as discussões sobre a situação das mulheres na sociedade brasileira, a qual está imersa na lógica patriarcal e racista, nos deparamos com o fenômeno do racismo e suas determinações sobre a sociabilidade brasileira, sobretudo, em relação à população negra de forma geral e a parcela feminina de forma particular.

Este artigo tem por objetivo contribuir para a reflexão sobre alguns aspectos da experiência social da população negra no Brasil e apresentar, sem pretender esgotar, alguns

¹ Este estudo é oportunizado pela concessão de bolsas de mestrado da agência de fomento CAPES.

² Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, bolsista CAPES, kissiawendy@hotmail.com;

³ Mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, bolsista CAPES, luana.olivac@gmail.com.

indicadores das desigualdades de raça/etnia, gênero e classe que se mostram como determinantes da processualidade ora discutida. Para tanto, utilizamos a revisão bibliográfica como metodologia, pautada no método crítico de análise no bojo da tradição marxista.

A relevância do estudo aqui apresentado, justifica-se pela própria realidade de negação de direitos, de invisibilização e desproteção de homens negros e de mulheres negras em virtude de uma dinâmica contraditória e complexa que toma relevo no desenvolvimento da sociabilidade brasileira, sem perder de vista aspectos importantes sobre a subjugação feminina em virtude da posição de poder em que está localizada a figura masculina.

Há, portanto, uma hierarquização de poderes, corpos, existências, em que podemos observar uma banalização da vida atrelada a um processo de desumanização das relações sociais. Em decorrência disso temos que na arena de disputa de poder e das correlações de força: “a carne mais barata do mercado é a carne negra”.

METODOLOGIA

O estudo ora apresentado, está balizado em pesquisas de cunho bibliográfico e documental, resultando, ainda, de discussões realizadas em um grupo de pesquisas cuja ênfase situa-se nas políticas públicas para as mulheres.

Para este fim, eram realizados encontros para discussão de textos relacionados à situação das mulheres em sociedade, levando-se em consideração a pluralidade em torno desta categoria e, dentre as possibilidades existentes, nos desbruçamos sobre as mulheres negras, em vistas de apreender elementos que possibilitassem uma maior aproximação com a realidade investigada. O que requeriu de nós uma problematização acerca do processo de formação social, econômica, cultural e, sobretudo, histórica da nação brasileira.

Deste modo, recorreremos as produções bibliográficas mais clássicas sobre a temática proposta e também àquelas mais contemporâneas de forma a trazer à luz do entendimento, as formas pelas quais a problemática aqui abordada foi ganhando materialidade ao longo dos anos.

Fizemos leituras sistemáticas para entender o processo de formação brasileira imbricada nas dimensões racial, social e também sexual e, paralelamente, buscamos dados nos relatórios do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), ofertados pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública em seu Departamento Penitenciário Nacional e recorreremos também ao Atlas da violência publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização da pesquisa em questão trouxe à tona elementos importantes sobre as desigualdades existentes no Brasil, elementos esses capazes de desnudar processos intrínsecos às relações de poder estabelecidas neste país. Assim, tomam relevo as dimensões racial e sexual no interior do debate de classes. Acreditamos, contudo, na importância de não dissociar os sistemas de opressão aqui apontados, sem que ocorra destaque para nenhuma das esferas, haja vista serem expressão de um mesmo fenômeno, formando então uma totalidade com a qual buscamos fazer aproximações sucessivas.

A nossa proposta é discutir o racismo enquanto uma realidade estrutural que demarca a sociabilidade brasileira e se materializa na produção e reprodução da população negra e em seus modos de vida, ou seja, na experiência cotidiana deste contingente populacional nesta nação. Nesta direção, é importante mencionar que os quase quatro séculos de escravismo no Brasil, último país a abolir a escravidão, deixou marcas do ponto de vista econômico, social, cultural, no plano simbólico e também material.

O escravismo não se tornou apenas um sistema econômico, mas também forjou mentalidades, afetou conceitos, moldou “jeitos” de ser e existir na sociedade por meio dos significados, símbolos e linguagens, subalternizando até hoje os/as descendentes dos/as escravizados/as. Essa formação econômica, social, cultural e política nunca foi desestruturada, perpetua-se de várias maneiras, retratada pelas persistentes desigualdades sociorraciais e por atitudes naturalizadas do racismo, estruturante da sociedade brasileira, persistente na modernidade e obstáculo à igualdade (MADEIRA; MEDEIROS, 2018, p.218).

O legado deixado por um longo período de escravização de pessoas negras corroborou com a construção e o desenvolvimento de uma hierarquização racial, a qual resulta em efeitos nefastos para negros/as. Após a abolição da escravatura não foram criadas estratégias que promovessem a inserção da população negra na dinâmica da sociedade brasileira, pois o racismo, na verdade, tem sido reatualizado e se mostra fundamental para a vigência do modo de produção capitalista.

O Brasil atual prossegue com ideias e práticas racistas, apropriadas e funcionais à reprodução do sistema capitalista, com seus traços gritantes de desigualdade de classe, que afetam majoritariamente e profundamente homens negros e mulheres negras. Para muitos/as, o racismo aqui é leve, pois não vigorou o *apartheid*. Nessa lógica, quando acontece, e se acontece, interpreta-se como fato isolado, um problema psicológico, um fenômeno ético de caráter individual[...] (MADEIRA; MEDEIROS, 2018, p.216).

Para os que fazem a defesa da não existência do racismo no Brasil, a única desigualdade “aceitável” é aquela proveniente dos aspectos econômicos. Todavia, “Entendemos a pobreza como a ponta de um *iceberg* que tem sua base sedimentada no racismo e o sexismo. E um país só pode evoluir e desenvolver políticas públicas efetivas quando conhece as causas dos problemas de sua população” (IPEA, 2013, p.11).

Desta feita, consideramos importante a produção e a socialização de informações acerca da condição da população negra e das mulheres no Brasil, como forma de fomentar o debate e também para contribuir com o conhecimento das especificidades pertinentes à realidade brasileira o que gera implicações específicas para os grupos destacados.

De acordo com o Dossiê apresentado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) ao considerar a particularidade das mulheres, cuja localização dá-se na base da pirâmide social, no lugar de maior aprofundamento da subalternização, têm-se o seguinte:

[...] havia o entendimento de que mulheres negras vivenciaríamos, de forma diferenciada, sua inserção na sociedade, quando comparadas a mulheres brancas ou a homens negros, por exemplo. Considerou-se, também, que a estas categorias somavam-se outras, como as de classe social, territorialidade ou geração contribuindo para a conformação de um quadro de desigualdades muito particular da sociedade brasileira (IPEA, 2013, p.15).

Nesta direção, torna-se perceptível a complexidade oriunda da processualidade histórica da formação da sociabilidade brasileira, em que vários elementos se coadunam e agem como determinantes do desenvolvimento desta nação, fundado num sistema de desigualdades. Estamos nos referindo ao processo de dominação/opressão/exploração cuja ação materializa-se nas relações sociorraciais e também sexuais, haja vista que a análise precisa atentar para os condicionantes que operam na manutenção dos sistemas de desigualdades existentes na sociedade.

Deste modo, embora a preocupação primeira deste estudo esteja balizada na problematização de elementos atrelados à dimensão racial da desigualdade, é pertinente nos debruçarmos em alguns dos aspectos fundantes das diferenças entre homens e mulheres no seio da sociedade, o que, de antemão, precisa ser entendido como resultado de construção social que se expressa no controle do corpo, do trabalho e da vida das mulheres e que também se mostra como fundamental para entendermos a sociabilidade brasileira. Além do mais,

[...] não se nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOUR, 1967, p.09).

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos observar a existência de um condicionamento através do qual foi sendo forjada a sobreposição da figura masculina em detrimento da figura feminina, respectivamente, ao mundo produtivo e ao mundo reprodutivo.

No sistema patriarcal, em que os homens têm mais poder do que nós e têm poder sobre nós, também predomina outra divisão social do trabalho, que é a divisão sexual do trabalho. Ela é um dos mecanismos que sustentam a opressão e a exploração dos homens sobre nós, mulheres. O sistema capitalista se apropria dessa divisão para explorar mais as mulheres no trabalho remunerado e se apropriar do trabalho doméstico gratuito que é realizado por nós (SILVA; ARANTES; FERREIRA, 2012, p.15).

Existe, nestes moldes, a atribuição de atividades distintas para homens e mulheres no interior da sociedade mediante uma construção que busca naturalizar aquilo que é do mundo masculino e o que pertence ao universo feminino. Sendo que a expropriação do trabalho exercido no âmbito privado mostra-se crucial para a manutenção do sistema de classes, para a reprodução do capitalismo e este trabalho é executado sobretudo pelas mulheres.

Consoante o entendimento de Saffioti (2004) dois fatores históricos marcaram as bases de constituição do patriarcado⁴. O primeiro diz respeito a produção do excedente econômico, a qual se apresenta na condição nuclear de desenvolvimento da propriedade privada e, por conseguinte, do domínio e da exploração do homem sobre a mulher.

O segundo fator corresponde a descoberta da participação ativa dos homens na procriação de filhos(as), uma vez que antes esse processo era concebido como um poder divino que pertencia às mulheres. Este sistema tratou de promover a objetificação das mulheres, as quais deveriam satisfazer os desejos sexuais dos homens, além de possuir a qualidade de reprodutoras de herdeiros e também de força de trabalho e de novas reprodutoras. Nesta direção, Saffioti (2004, p.51) assevera que: “um dos elementos nucleares do patriarcado reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa a seu marido”.

⁴ Saffioti (2004) vai dizer que o patriarcado antecede o modo de produção capitalista, porém se mostra profundamente funcional para manutenção deste.

É importante ressaltar que essa diferenciação entre homens e mulheres começa a ser gestada ainda na infância, quando as meninas são formadas para a passividade, para o cuidado, para o espaço doméstico, enquanto os meninos vão sendo introduzidos no manejo da lógica, da técnica, da liberdade, do espaço produtivo na divisão sexual do trabalho.

Assim, a despeito do patriarcado cumpre observar que

1- não se trata de uma relação privada, mas civil; 2- dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres [...]; 3- configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; 4- tem uma base material; 5- corporifica-se; 6- representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência. (SAFFIOTI, 2004, p. 57).

As mulheres são, deste modo, alvo da dominação dos homens em função do estabelecimento desta lógica patriarcal, proveniente do pensamento masculino sobre o mundo e as coisas, impondo às mulheres a ocupação de espaços sociais de sujeição.

Todavia, é preciso entender, ainda, que não podemos universalizar a categoria mulher e o debate precisa ser também racializado, o que consiste exatamente na proposta deste estudo. Há, pois, uma diversidade em torno do ser mulher, de tal modo que as experiências específicas das mulheres negras exigem uma abordagem que, para além da dominação patriarcal, leve em consideração a subalternização racial da população negra.

O corpo negro é abstraído da possibilidade ou direito de fazer escolhas sobre si. Diante desta perspectiva, histórias, experiências e trajetórias precisam ser consideradas para pensar mulheres brancas e/ou mulheres negras. Ou seja, as particularidades provenientes da pertença a determinado grupo racialmente localizado.

Tendo sido sequestradas, escravizadas, coisificadas, usadas como objeto sexual (vítimas de estupro, violentação e espancamento), as mulheres negras sempre trabalharam e foram destituídas do poder sobre seus corpos, suas vidas. Tendo a estética desvalorizada e aparecendo no imaginário social como uma figura hipersexualizada, de pouco ou limitado intelecto, viam-se sujeitas a solidão. O que implica dizer que a posição social das mulheres negras é profundamente marcada pela subalternização.

[...] Mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas ‘só corpo, sem mente’. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as ‘mulheres desregradas’ deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma

iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado (HOOKS, 1995, p. 469, aspas do original).

A lógica da sociedade patriarcal e escravista parece delinear seus contornos mais brutais no caso da mulher escrava. A apropriação do conjunto das potencialidades dos escravos pelos senhores compreende, no caso da escrava, a exploração sexual do seu corpo, que não lhe pertence pela própria lógica da escravidão (GIACOMINI, 1988, p. 164).

Ademais, Giacomini afirma, ainda, que a exploração econômica de escravos e de escravas foi a base de sustentação do regime de escravidão. Apesar das mulheres escravizadas, para além da exploração de viés econômico tinha a de cunho sexual, fazendo com que essas mulheres fossem tidas como “pau para toda obra”. Elas eram objetos a serem vendidos ou adquiridos, eram amas-de-leite (com seus corpos sendo utilizados para alimentar os filhos das mulheres brancas) e também alvos do desejo sexual dos senhores que se saciavam ao promover ataques e estupros contra os corpos das mulheres negras.

No período escravagista as relações de poder patriarcais e racistas, materializavam-se por meio da relação entre homens e mulheres, escravos e escravas, senhoras brancas e negras escravizadas. Neste panorama a negra era “saco de pancada das sinhazinhas porque, além de escrava, é [era] mulher” (GIACOMINI, 1988, p. 164), experimentando, portanto, outra “condição feminina” em comparação à mulher branca que, oprimida, “não gozava de liberdade” mas exercia um papel opressor ante o grupo racializado.

Não obstante a isso, a autora supracitada assevera que as relações estabelecidas entre senhores e escravas, assim como entre as amas-de-leite para com a família patriarcal, não foram erigidas através de uma harmonia existente entre as raças mediante laços recíprocos e afetivos, ao contrário do que foi preconizado por Freyre nos anos 1930, a partir da publicação de “Casa Grande e Senzala”.

Isto posto, importa mencionar a nossa compreensão a respeito desse processo de violação dos corpos e da própria existência das mulheres negras e, portanto, de seus direitos de uma vida digna. Para tal utilizamos as contribuições de Gonzales ao informar que:

[...] os "casamentos interraciais" nada mais foram do que o resultado da violentação de mulheres negras por parte da minoria branca dominante (senhores de engenho, traficantes de escravo etc.). E este fato daria origem, na década de trinta, à criação do mito que até os dias de hoje afirma que o Brasil é uma democracia racial [...] O efeito maior do mito é a crença de que o racismo inexistia em nosso país graças ao processo de miscigenação (GONZALES, 1982, p.90, parênteses da autora).

Por intermédio dessa falácia que desconsidera que no Brasil o processo de mestiçagem ocorreu, sobremaneira, ao promover a violação dos direitos das mulheres negras, vítimas da violência sexual, estupro sistemáticos e corriqueiros, o sistema racista sob o manto do mito da democracia racial tende a escamotear a ação devastadora do racismo.

Vale salientar que existiram e existem particularidades na produção e reprodução material das mulheres negras que as colocam, na verdade, no espaço de maior aprofundamento dos níveis de sujeição, de negação de direitos, de invisibilização, de subalternidade. A persistência e continuidade deste quadro ao longo dos anos tem revelado a força estruturante dos valores e convenções ligadas a questão racial e também ao espaço destinado às mulheres na conformação das desigualdades que caracterizam o país.

Na história recente do Brasil, sobressaem os avanços em termos de crescimento econômico, de ampliação da escolaridade e de redução da pobreza, resultantes do êxito de políticas sociais de cunho redistributivo e de valorização do salário mínimo. Estas, associadas à adoção de ações afirmativas, especialmente no campo da educação, produziram evidente melhoria nas condições de vida da população afro-brasileira. Contudo, verifica-se que esse quadro mais geral de aumento de oportunidades tem sido insuficiente para provocar uma significativa redução nas desigualdades raciais e de gênero. Isto pode ser atribuído à resiliência de mecanismos de reprodução de hierarquias e desigualdades sociais. Entre estes se destacam o racismo e o sexismo, que se combinam para delinear na sociedade visões que estereotipam e classificam capacidades e atributos de brancos e negros, de mulheres e homens, de modo a produzir condições diferenciadas de acesso a direitos e a oportunidades (IPEA, 2013, p.13).

Desta maneira, podemos observar que os sistemas opressores operam na manutenção das desigualdades sistêmicas e, de acordo com os apontamentos trazidos até aqui, o racismo se apresenta enquanto um fator que quer uma atenção especial, dada a sua capacidade de produzir a subjugação daqueles que pertencem ao grupo racializado: a população negra.

Podemos dizer que o racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens e privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam (ALMEIDA, 2018, p.25).

Nesta direção, cabe dizer que a hierarquização racial presente na sociedade, não corresponde a um fenômeno natural, antes diz respeito a uma processualidade estrategicamente desenvolvida em vistas de promover a exploração e subjugação de um determinado grupo em função da manutenção dos privilégios do grupo elitista. Destarte,

[...] uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede à formação de sua consciência e de seus afetos (ALMEIDA, 2018, p.53).

Trata-se, portanto, de uma realidade que foi sendo produzida socialmente e que se propõe a garantir interesses postos na sociedade, sobretudo em virtude da existência de uma dinâmica que requer a obtenção de lucros crescentes no interior do modo de produção capitalista. E, muito embora o racismo anteceda o capitalismo, é por ele apropriado e se torna para ele um elemento basilar e essencial à sua vigência. Não obstante a isso, convém mencionar que

A história do racismo moderna se entrelaça com a história das crises estruturais do capitalismo. A necessidade de alteração dos parâmetros de intervenção estatal a fim de retomar a estabilidade econômica e política – e aqui entenda-se estabilidade como o funcionamento regular do processo de valorização capitalista – sempre resultou em formas renovadas de violência e estratégia de subjugação da população negra (ALMEIDA, 2018, p.157).

As crises são, na verdade, próprias da dinâmica do modo de produção capitalista. Elas correspondem aos momentos em que barreiras são colocadas para o processo de acumulação do Capital e de obtenção de lucros pelos capitalistas. É no bojo dessa realidade que mecanismos de regulação são acionados para que estratégias de saídas das crises possam ser implementadas na sociedade. E, frente a esses processos de busca por mais capitais o racismo se manifesta na condição de ferramenta essencial para a garantia das vantagens dos extratos da população que se encontram numa posição de dominação na correlação de forças presentes no mundo e também na particularidade da sociabilidade brasileira, o que se dá mediante a subalternização da população negra.

Entre negros e negras, privações e sofrimento manifestam-se cotidianamente, de forma brutal e perversa, através do desemprego, das terceirizações, da falta de acesso à saúde, educação, transporte, moradia etc. E mundo afora esta podridão produz cenas cada vez mais próximas da barbárie, como as que temos visto nos “tumbeiros” modernos, que servem como túmulos para imigrantes no mar Mediterrâneo, ou no desespero do Continente Mãe, mergulhado em epidemias, devastação ambiental e desigualdades sociais absurdas (SILVA, 2016, p.62).

Estamos diante da banalização da vida, em que a hierarquização racial continua contribuindo com o estabelecimento de uma realidade de desigualdades, violências, opressão, dominação e superexploração. Do ponto de vista das atividades desenvolvidas pela população negra em meio a dinâmica capitalista, temos que

Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade. Entretanto, mesmo quando eliminadas as diferenças educacionais, os negros ainda apresentam desvantagens, principalmente no acesso às melhores posições ocupacionais, demonstrando que há uma distribuição desigual de indivíduos no mercado de trabalho e um dos fatores dessa desigualdade é a cor (Lima, 2001, p. 152).

Para a população negra são atribuídos os cargos mais destituídos de prestígio, também aqueles com menor proteção trabalhista e menor cobertura na garantia de direitos. No decorrer dos anos, as formas de manifestação das práticas racistas foram ganhando novos contornos de acordo com as exigências e as normas postas em sociedade o que tende a encobrir o racismo, como se ao negá-lo ele porventura deixasse de existir. Quando, na verdade, sabemos que ele apenas vai adquirindo novas expressões e meios de se justificar, a exemplo do discurso da meritocracia, a qual está respaldada na responsabilização do indivíduo pela sua sobrevivência e pela dos seus familiares.

Além disso, a distinção entre os grupos raciais tende a informar o tipo de indivíduo que tem um perfil enquadrado como propenso a cometer crimes, inclusive por meio da construção de estereótipos que atribuem à população negra uma espécie de qualificação muito próxima a noção de desviante das normas estabelecidas em sociedade, algo que foge ao padrão. Como se estivessem sempre na mira (in)justiça por suas “condutas suspeitas”.

Nestes moldes, convém mencionar que em pesquisa realizada pelo sistema de informações estatísticas do sistema penitenciário brasileiro, é possível constatar o seguinte: “Entre os anos de 2000 e 2017, a taxa de aprisionamento aumentou mais de 150% em todo país. Em junho de 2017, o Brasil registrou 349,78 pessoas presas para cada 100 mil habitantes” (INFOPEN, 2019, p. 12).

Quando acrescentamos o fator cor e etnia na análise, chegamos aos seguintes números: “46,2% das pessoas privadas de liberdade no Brasil são de cor/etnia parda, seguido de 35,4% da população carcerária de cor/etnia branca e 17,3% de cor/etnia preta. Somados, pessoas presas de cor/etnia pretas e pardas totalizam 63,6% da população carcerária nacional” (INFOPEN, 2019, p. 31). E a soma das categorias pretas e pardas perfazem o total de pessoas negras, conforme preconizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Diante dos dados expostos, consideramos importante a problematização acerca da representatividade e da significação desses números. Além de tornar-se evidente o aumento do índice de encarceramento nos anos investigados, temos ainda a predominância das pessoas negras na condição de encarceradas.

Então, como podemos falar em democracia racial no Brasil, quando os dados nos mostram um sistema prisional que pune e penaliza prioritariamente a população negra? Como podemos negar o racismo como pilar das desigualdades no Brasil sob este quadro? Simplesmente, não podemos (BORGES, 2018, p. 16).

Embora o racismo se apresente como um dos elementos basilares para promoção das hierarquizações no interior da sociabilidade brasileira, a falácia sobre a existência da democracia racial neste país tende a gerar o escamoteamento da questão racial e do próprio racismo. Todavia, vivemos numa sociedade de profundas desigualdades, assimetrias entre os grupos sociais, bem como de diferenciações oriundas da pertença ao dominante grupo masculino, por um lado e/ou ao subalternizado grupo feminino, por outro lado.

Nesta medida, convém ressaltar que em relação a categoria feminina no interior do sistema prisional é constatada a seguinte realidade: “Entre 2000 e 2016, a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 525% no Brasil, passando de 6,5 mulheres encarceradas para cada grupo de 1000 mil mulheres em 2000 para 40,6 mulheres encarceradas [em 2016]” (INFOPEN, 2017, p.17. Colchetes nossos).

No tocante a dimensão raça e cor dentro do universo feminino, temos que:

A informação sobre a raça, cor ou etnia da população prisional feminina estava disponível para 29.584 mulheres (ou 72% da população prisional feminina). A partir da análise da amostra de mulheres sobre as quais foi possível obter dados acerca da raça, cor ou etnia, podemos afirmar que 62% da população prisional feminina é composta por mulheres negras (INFOPEN, 2017, p.40).

Ao considerar esses dados, podemos perceber que houve um aumento significativo dos índices de aprisionamento feminino entre os anos 2000 e 2016 e que dentre as mulheres que se encontram em privação de liberdade, o quantitativo de mulheres negras (soma de pretas e pardas) é consideravelmente superior ao das brancas. Segundo Borges (2018, p.14): “Esta população prisional não é multicultural e tem, sistematicamente, seus direitos violados”.

O sistema prisional criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades. Tanto o cárcere quanto o pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os

campos da vida, de cidadania ou possibilidade de alcançá-la. Esta é uma das instituições mais fundamentais no processo de genocídio contra a população negra em curso no país (BORGES, 2018, p. 16-17).

Deste modo, torna-se evidente que o encarceramento da população negra está relacionado a questões mais amplas que, em última instância, são condicionadas pela ação do racismo. Sendo necessário considerar que ele – o racismo, enraizado em todas as esferas da sociedade, se materializa nas relações sociais estabelecidas na sociedade brasileira. Trata-se de mais uma faceta da hierarquização racial, tomada como uma das dimensões que compõe um amplo sistema de dominação/opressão/ exploração no Brasil.

Nesta medida, para além das questões levantadas até o presente momento, é preciso levar em consideração também que a população negra é alvo constante da violência que, além de inviabilizar direitos básicos de uma sobrevivência digna, chega até os últimos extremos culminando na morte de negros e negras numa escala maior que aquela experimentada pela população não negra.

De acordo com o Atlas da violência 2019, no ano de 2017 75,5% das vítimas de homicídios foram pessoas negras (definidas aqui como o somatório das pessoas pretas e pardas, segundo a classificação do IBGE). Ao considerar a taxa de homicídios por 100 mil negros chega-se a um total de 43,1, enquanto que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0. Em termos proporcionais temos o seguinte resultado: para cada indivíduo não negro vítima de homicídio no ano de 2017, 2,7 negros foram vitimados, aproximadamente.

No que toca a categoria feminina temos que: ao passo que a taxa de homicídios de mulheres não negras teve um crescimento de 4,5% entre 2007 e 2017, a taxa de homicídios de mulheres negras cresceu 29,9%. Em números absolutos a diferença é ainda mais brutal, já que entre não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, ao passo que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres localizadas neste grupo.

Diante deste chão histórico, cabe a seguinte indagação: não seriam os dados apresentados sintomáticos de uma hierarquização racial que, num sentido profundo, comprova que o racismo opera como um fator determinante da possibilidade e da modalidade de inserção da população negra na dinâmica social?

Pode parecer fora de lugar falar em racismo, machismo, capitalismo e estruturas de poder em um país que tem em seu imaginário a mestiçagem e a

defesa como povo amistoso celebrada internacionalmente. Contudo, parece absolutamente pertinente refletir, escrever, falar e lutar nessas pautas quando os dados estatísticos nacionais provam o contrário do discurso comemorado e largamente difundido [...] (BORGES, 2018, p.13).

Se, por um lado, a sociabilidade estabelecida no Brasil tende a escamotear a ação e a existência dos sistemas opressores, por outro lado, a apreensão do real desnuda a materialização dos sistemas de exploração/opressão/dominação que operam na chave da polarização dos grupos sociais entre dominantes e dominados numa dinâmica de correlação de forças e de poder em disputa. O que nos conduz a real necessidade de enfatizar que se, historicamente, a dominação se fez/faz presente no cotidiano do povo negro, a resistência também nunca deixou de existir.

A população negra, ao denunciar os problemas provocados pelo racismo, sempre foi propositiva, apontando soluções com base em algo de que nunca abriu mão, que foi a união como pré-requisito para o seu fortalecimento, além do incentivo à ocupação de outros lugares na vida política e profissional, e do estímulo para o alcance de uma vida de qualidade (MADEIRA; MEDEIROS, 2018, p. 228).

E se falamos em disputa de poder é por entendermos que mesmo diante de toda essa realidade flagrante de intensa subjugação dos contingentes populacionais subalternizados, sempre existiu e permanecem focos de luta e resistência por parte dos grupos inferiorizados: negros/as, mulheres, classes menos favorecidas. O que ao nosso entendimento precisa ser ressaltado para não cairmos na armadilha de associar as figuras desses grupos a passividade, como se a história não fosse permeada por conflitos e pelo contraditório. Ademais,

A superação do racismo passa pela reflexão sobre formas de sociabilidade que não se alimentem de uma lógica de conflitos, contradições e antagonismos sociais que não podem ser resolvidos, no máximo, mantidos sob controle. Todavia, a busca por uma nova economia e por formas alternativas de organização é tarefa impossível sem que o racismo e outras formas de discriminação sejam compreendidas como parte essencial dos processos de exploração e de opressão de uma sociedade que se quer transformar (ALMEIDA, 2018, p. 162).

Assim, o movimento negro deve ser visto como indispensável para o processo democrático e participativo no Brasil, pela sua contribuição para o entendimento da dimensão cultural como estratégia política e não como esfera de alienação. O ativismo negro como lócus de resistência vem tentando desnaturalizar as hierarquias raciais, efetivar políticas de reconhecimento identitário e de redistribuição econômica e, acima de tudo, objetiva estabelecer um novo pacto civilizatório, outro projeto de nação – antirracista (MADEIRA; MEDEIROS, 2018, p. 231).

Entendemos que este horizonte precisa ser trilhado: a busca pela superação do modo de produção vigente, o que pressupõe o entendimento da dimensão estrutural do racismo cuja funcionalidade é promordial para manutenção do status quo. E, não só isso, a construção de formas de enfrentamento a todos os sistemas de opressão que operam na chave da violação de direitos, dos mais básicos aos mais complexificados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, temos uma relação indissociável entre, pelo menos, três sistemas de opressão que promovem a diferença e a divisão da sociedade em grupos distintos e assimétricos: a partir das classes sociais, em que há um grupo social dominante e aquele dominado do ponto de vista das relações de poder forjadas no decorrer dos anos; através da diferenciação entre homens e mulheres, mediante uma lógica falocêntrica pautada dos ditâmes patriarcais e machistas que geram a exploração/opressão/dominação das mulheres; e, por último, porém não menos importante, destacamos o racismo enquanto um fator estrutural e determinante na formação das relações sociais neste país, tendo por base a instituição de uma supremacia branca.

Conforme sinalizado anteriormente, as pesquisas realizadas neste estudo demonstraram o estabelecimento de relações sociorraciais baseadas na desigualdade, haja vista que o racismo é um fator estrutural e estruturante das relações estabelecidas neste país, e não só isso, uma vez que ele se soma a outros sistemas de opressão ancorados nas diferenciações entre homens e mulheres e também na divisão entre pessoas de classes sociais distintas.

Há, portanto, uma hierarquização de poderes, corpos e existências, em que podemos observar uma desvalorização da vida atrelada a um processo de desumanização das relações sociais. E, no bojo desta realidade, torna-se evidente que “a carne mais barata do mercado é a carne negra” e, por assim o ser, a população negra é subalternizada no tocante ao estabelecimento de relações de poder na dinâmica brasileira.

O processo de emancipação humana envolve a luta por igualdade de “gênero”, de raça, o fim da violência, a consolidação do poder decisório sobre corpos por parte dos grupos subalternizados, com o direito de locomover-se sem medo. Pressupõe, ainda, o fim da educação sexista e do patriarcado, o respeito ao diferente e não a subalternização e tantas outras demandas.

O esforço aqui realizado teve por finalidade elencar elementos capazes de promover um debate crítico, cujo alcance não se limitasse a aparência e ao imediatismo. Deste modo, nos

aproximamos do referencial concernente à autonomia dos corpos negros e das mulheres, pela conjugação de análises associadas ao debate da luta de classes.

A superação da ordem vigente requer uma construção coletiva em vistas de combater as várias formas de manifestação da violência que atinge cotidianamente a produção e a reprodução material da vida da população negra e das mulheres, sob a influência da lógica patriarcal, racista, classista e sexista.

Destarte, entendemos a importância e a legitimidade da luta empreendida pelos movimentos negro e de mulheres, sobretudo, ao guarnecer-mos do entendimento de como se deu a construção da sociedade que tolhe a participação ativa de negros e de mulheres nos processos decisórios, nos processos de condução dessa sociedade e até mesmo de suas próprias vidas, o que inclui o domínio de seus corpos.

De formas variadas busca-se a naturalização da dominação patriarcal e racista, de modo a embarreirar o avanço das conquistas das pautas das lutas de nós mulheres e de nós povo negro. Todavia, debater as temáticas aqui apresentadas, tende a promover a viabilização do reconhecimento e mesmo a construção da identidade desses grupos enquanto sujeitos políticos de direitos que é também uma identidade de classe, além de auxiliar no processo de reconhecimento e de enfrentamento as diversas formas de manifestação da violência contra as mulheres e contra a população negra nos vários espaços da sociedade.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à CAPES pela concessão de bolsas de mestrado, o que viabiliza o investimento em formação e também nos possibilita contribuir na construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

Atlas da violência 2019. Organizadores: **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

BORGES, J. **O que é encarceramento em massa?** Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2018.

GONZALES, L. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel (org). **O lugar da mulher**: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

GIACOMINI, S. Ser escrava no Brasil. **Estudos Afro-Asiáticos**; v. 15, p. 145-170, 1988.

HOOKS, B. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, n. 2, p. 464-478, 1995.

INFOPEN, **Levantamento nacional de informações penitenciárias INFOPEN Mulheres – 2º edição** / Organização: Thandara Santos; colaboração: Marlene Inês da Rosa ... [et al]. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017. 79p.: il. color.

INFOPEN, **Levantamento nacional de informações penitenciárias, atualização junho de 2017** / organização: Marcos Vinícius Moura. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2019. 87p.: il. color.

IPEA, **Dossiê Mulheres Negras**: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil / organizadoras: Mariana Mazzini Marcondes... [et al.]. – ISBN 978-85-7811-188-5. Brasília: IPEA, 2013.

LIMA, M. **Serviço de branco, serviço de preto**: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. 2001. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MADEIRA, M. Z. de A.; MEDEIROS, R. B. de. Racismo estrutural e desafios dos movimentos sociais negros na contemporaneidade. In: **Dimensões da crise brasileira: dependência, trabalho e fundo público** / [org.] Eptácio Macário... [et al.]. – 1. Ed. – Fortaleza: EdUECE; Bauru: Canal 6, 2018.

SAFFIOTI, H. **Gênero Patriarcado, Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SILVA, C.; ARANTES, R.; FERREIRA, V. **Nosso trabalho sustenta o mundo**. – Recife: SOS Corpo, 2012.

SILVA, W. H. da. **O mito da democracia racial**: um debate marxista sobre raça, classe e identidade. São Paulo: Sundermann, 2016.